



ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

Programa de Ação e Orçamento/2026 aprovados

A CNIS reuniu em dupla Assembleia Geral (AG), uma ordinária e outra extraordinária, no passado dia 29 de novembro. Duas reuniões mag-nas que suscitaram bastante participação. Na AG ordinária foi consensual a aprovação Programa de Ação e Orçamento para 2026; na AG extraor-dinária a proposta única de se proceder a pequenas alterações ao Regulamento Eleitoral foi chumbada pela maioria dos associados.



PRÉMIO
Envelhecimento Ativo
vale distinção
a maiores de 80 anos
A Sala de Extrações da Santa Casa da Miseri-córdia de Lisboa acolheu a cerimónia da 14ª edição do Prémio Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro, iniciativa da Associação Portuguesa de Psicogerontologia.



LISBOA
CNIS e Academia
apresentaram primeiro
Anuário das IPSS
O Anuário das IPSS 2023 foi apresenta-do em Lisboa e é o primeiro grande resultado do Projeto TFA - TheoFrameAccountability, que tem na sua base a plataforma digital «SomosIPSS».



GANDOMAR
Há 40 anos a servir
e apoiar a população
da Lomba
O Centro Social da Lomba celebrou es-te ano 40 anos de uma história que come-çou com um Centro de Convívio e hoje tem a única ERPI do concelho de Gondomar que não tem direção canónica.



HUMANITAS
O governo recua
nos apoios e direitos
das pessoas com deficiência
A Humanitas - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental alertou para o recuo do governo nos apoios e direitos das pessoas com deficiência, por ocasião do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.





Aprovado por  **dermatologistas**



A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores



NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Opinião

Paulo Pedroso

Sociólogo, Ex-ministro do Trabalho e Solidariedade



A greve geral que o governo pediu

Portugal vive a 11 de dezembro mais uma greve geral, uma dúzia de anos depois da última e num contexto económico e social que se diria não justificar tão forte ato de protesto. Termos chegado aqui resulta de um inesperado bloqueio de mecanismos de diálogo, perfeitamente institucionalizados, mas que o governo parece não dominar bem ou, o que seria mais complexo, ter decidido ignorar.

A razão para esta greve geral é

uma proposta de revisão do Código do Trabalho e de legislação conexa que viu a luz do dia sem qualquer aviso prévio.

Até às últimas eleições legislativas não era conhecido nenhum clamor que defendesse que a modernização do país fosse obstaculizada pela sua legislação laboral.

Na campanha eleitoral a necessidade e a urgência de uma revisão da legislação laboral não foram abordadas por nenhuma força política,

incluindo a que ganhou as eleições. O anteprojeto de Código do Trabalho que está na base da convocatória da greve geral não resulta de nenhuma necessidade económica conhecida nem de nenhuma promessa política.

Apesar de não ter sido anunciada previamente, esta iniciativa política tornou-se rapidamente numa das bandeiras do atual governo e o seu destino será um sinal importante do que vai acontecer ao longo desta legislatura.

O anteprojeto é ambicioso e suscitou um intenso debate público. Está claro que tem uma matriz civilista da Lei do Trabalho, numa rutura de paradigma, inclusive com o Código do Trabalho de 2003. Associada a essa matriz, é uma iniciativa que abre a porta ao reforço da precariedade, atacando a solidez da relação do contrato de trabalho. Assim como visa fazer recuar a presunção de laboralidade que combate atualmente a propensão ao abuso de falso trabalho independente. É também uma iniciativa que visa tornar mais difícil a ação coletiva

dos trabalhadores, enfraquecendo a negociação coletiva e dificultando a ação sindical nas empresas, a par de tornar mais difícil o exercício eficaz do direito à greve. Em cima de tudo isto, a cereja em cima do bolo, é um recuo nos direitos dos trabalhadores na parentalidade.

Pode olhar-se para o anteprojeto de qualquer ângulo. Em lado nenhum se encontra a busca de equilíbrios entre interesses das partes envolvidas na relação de trabalho. O resultado da sua aprovação seria um forte desequilíbrio na relação entre empregadores e trabalhadores.

Pode imaginar-se que iniciativa tão drástica fosse uma afirmação forte para o início de um processo negocial em que o governo se abrisse a contributos das partes. Muitas vezes tem acontecido assim, fazendo funcionar a concertação social para aproximar posições, procurando convergências que tornem possíveis passos que as partes, governo, empregadores e sindicatos entendem necessários.

Neste caso o governo decidiu

ser radical não apenas nas propostas de retrocesso, mas também na recusa de uma atitude negocial construtiva. Desde o início que deixou claro que não buscava convergências com as partes. Empenhava-se antes na coerência da sua proposta, que é ampla, minuciosa e cheia de detalhes.

Essa atitude ampliou o bloqueio do diálogo social e deixou as forças sindicais sem qualquer alternativa ao conflito. O governo empurrou-as, mesmo as mais avessas ao uso do instrumento, para a greve geral.

Terá esta greve força para fazer o governo recuar nos propósitos e na atitude e para regressar à negociação em concertação social? Parece difícil que tal aconteça mantendo-se a Ministra do Trabalho, face ao extremar de posições que tem protagonizado. Para já o governo quer impor à concertação social a maioria de direita no Parlamento e à dinâmica do protesto a força dos resultados eleitorais das últimas eleições. Pode ser que resulte. Pode também ser que não.

Opinião

Eugénio Fonseca



Voluntariado de proximidade: missão das IPSS na era digital

A propósito do Dia Internacional dos Voluntários, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que decorreu no passado dia 5, permitam-me que volte a este tema. Ele é de crucial importância para todas as IPSS, pois é na doação do tempo de muita gente nos seus órgãos sociais ou noutras tarefas, que se pode evidenciar a sua identidade solidária. Para este ano, a ONU propôs como tema: “Cada contributo conta”. Trata-se de um apelo dirigido a todas as pessoas para que ninguém se demita das suas obrigações de colaborar, cada um/a com as

capacidades e no âmbito geográfico a que tiver maior alcance, na construção do bem-estar individual e coletivo. A maioria das vezes, este alcance é a distância que nos separa do vizinho ou de qualquer Organização que tenha como finalidade a construção do bem comum. Neste âmbito, estão bem posicionadas as IPSS.

Para Portugal, é de relevante pertinência o tema referido, pois estamos na cauda da Europa no que respeita à prática do voluntariado. Na verdade, somos um povo excelente em ações pontuais de solidariedade, sobretudo

na resposta a qualquer tipo de calamidade, mas temos muita dificuldade em assumir compromissos mais duradouros. O próximo ano vai ser crucial para que se alcance tão urgente objetivo de mobilizar a sociedade portuguesa para o crescimento do voluntariado. Esta relevância é acrescida por se assinalar no próximo ano, também por iniciativa da ONU, o Ano Internacional dos Voluntários dedicados aos “Objetivos para um Desenvolvimento Sustentável (ODSs)”. As IPSS estão convocadas para se unirem e rasgarem caminhos de futuro para o Voluntariado, em Portugal, tendo como mote a colaboração para que se atinjam os ODS.

Para a concretização destes objetivos há que ter em consideração a influência dos instrumentos digitais. É uma vertente incontornável pelos desafios que coloca também à prática do voluntariado de proximidade. Não rejeito a possibilidade da utilização das novas tecnologias digitais, incluindo a inteligência artificial, em emergentes respostas às necessidades de muitas pessoas. Sei que algumas IPSS já cuidam desta área com a criação de programas que visam o combate à iliteracia digital, conseguindo que muita gente saiba lidar,

no essencial, com as novas tecnologias informáticas. A Administração Pública, e não só, parte do pressuposto que todos os portugueses têm, em sua casa, um computador e ligações por via do WiFi. O que se pretende que sejam medidas de inclusão social, podem tornar-se no seu contrário. Vejo como potencial, para a prática do voluntariado, a criação de programas de combate à infoexclusão, realizados por IPSS.

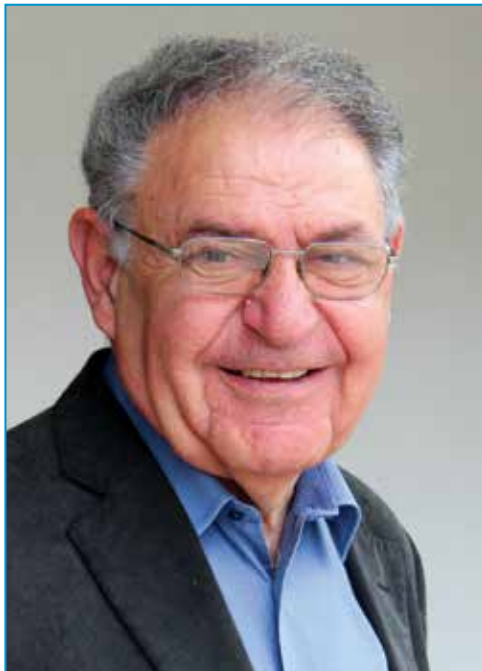
Todavia, é bom ter sempre presente que o potencial destas tecnologias nunca pode substituir o valor que tem a relação pessoal. Há quem dedique grande parte do seu tempo a manter relacionamentos virtuais, esquecendo, como nos preveniu o saudoso Papa Francisco, que estes meios nos tornam vizinhos, mas não nos fazem irmãos, num apelo evidente à construção da amizade social.

Porém, a proximidade genuína exige contacto humano em que se possam entrecruzar olhares e, sempre que necessários, se darem abraços de conforto e de encorajamento. Sem contradizer nada do que, até agora, referi, quero deixar como componente necessária, porque mais consistente, a realização do voluntariado de proximidade humana. Ao

cuidar-se desta vertente mais humanizada, contribui-se para que não se perca a identidade, subjacente à doação do tempo. O voluntariado local exige esta condição, na medida em que facilita a identificação das necessidades existentes na sociedade e permite a elaboração de programas que respondam a essas necessidades, sempre que possível, com o apoio dos destinatários.

É importante não esquecer que há determinadas problemáticas sociais que exigem o incremento de políticas públicas. Há, contudo, que ter em conta que essas medidas não podem esquecer a sua concretização local para que possam ser mais eficazes e eficientes. A experiência diz-nos que, em muitos casos, a implementação dessas medidas está eivada de cargas burocráticas que não permitem o seu fácil acesso. Enquanto, não formos capazes de vencer esse adamastor social que é a “burocratite”, coloquemos, as IPSS e o seu voluntariado ao serviço da sua “descomplexização”.

Conseguirmos este desiderato é uma forma muito concreta e urgente de minorar as desigualdades sociais e, em termos assim, uma sociedade mais justa e humana.



Lino Maia
Presidente da CNIS

Editorial

Mobilidade sustentável e acessível

1. Mobilidade sustentável e acessível para todos é o conceito de transporte que visa equilibrar as necessidades de deslocação de pessoas e mercadorias com a importância da preservação ambiental, alinhando aspetos ecológicos com os interesses económicos e sociais. Destacam-se o uso de veículos eficientes em termos energéticos, a implementação de formas alternativas de transporte — tal como transporte público, caminhada e ciclismo — e a promoção de soluções de transporte que reduzam o congestionamento de tráfego.

A realidade das IPSS é afetada pelo chamado conceito de “**pobreza de mobilidade**”, que de acordo com o n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (UE) 2023/955 consiste na “*incapacidade ou a dificuldade dos indivíduos e das famílias em suportar os custos do transporte privado ou público, ou a falta ou a limitação de acesso ao transporte necessário para acederem a serviços e atividades socioeconómicos essenciais, tendo em conta o contexto nacional e espacial*”. O Plano Social do Clima identifica e bem, que a mesma “*pode decorrer de limitações económicas que dificultam o acesso a soluções de mobilidade viáveis, mas também das limitações de acesso, seja pela indisponibilidade ou escassez de oferta, pela existência de barreiras de acessibilidade, pela verificação de tempos de deslocação excessivos, de redes desconexas ou da ausência de condições da acessibilidade universal*”.

E as IPSS são duplamente afetadas. Por um lado, afetando os utentes, e as suas famílias, que usufruem das respostas sociais que são desenvolvidas, limitando o seu acesso, mas por outro, em muitos contextos, os próprios trabalhadores sentem esta “**pobreza de mobilidade**” na sua deslocação diária para a Instituição. A capilaridade das nossas instituições no tecido do nosso país faz com que este fenómeno seja particularmente importante e impactante na sua atividade e nos seus resultados.

2. O Plano Social do Clima introduz o conceito de “**utilizadores vulneráveis de transporte**” como sendo “*os indivíduos ou famílias que, em resultado da sua condição socioeconómica, da sua situação de saúde ou do contexto territorial em que residem, enfrentam dificuldades acrescidas no acesso a soluções de mobilidade adequadas e acessíveis, estando particularmente expostos aos efeitos do aumento dos custos do transporte e às limitações da oferta de transporte público. Esta condição de vulnerabilidade assume, deste modo, várias dimensões complementares: uma dimensão económica, associada a agregados em situação de vulnerabilidade social e financeira; uma dimensão territorial, que afeta residentes em territórios de baixa densidade, onde a oferta de transporte público é inexistente, escassa ou desadequada, mas também habitantes de áreas periféricas metropolitanas marcadas pela insuficiência de serviços noturnos e/ou ao fim de semana, penalizando especialmente trabalhadores por turnos e de baixos rendimentos; uma dimensão funcional, ligada a constrangimentos de acessibilidade resultantes de redes fragmentadas, tempos de deslocação excessivos ou falta de condições universais de acessibilidade para grupos vulneráveis, nomeadamente cidadãos com mobilidade condicionada; e, finalmente, uma dimensão relacionada com a saúde e a dependência, abrangendo pessoas em situação de doença, convalescença ou dependência funcional, para quem a dificuldade de deslocação constitui um fator de desigualdade no acesso a cuidados essenciais e de agravamento da sobrecarga dos indivíduos e das famílias cuidadoras.*”

É importante referir que, nos últimos anos, fruto do investimento numa maior eficiência energética, as IPSS têm beneficiado de apoios fundamentais que têm permitido a aquisição de viaturas elétricas, mas coloca-se a necessidade de uma visão global e integrada das necessidades, com a premência de renovação de toda a frota, que assegura não apenas o transporte das equipas e dos bens que são distribuídos no serviço de apoio domiciliário, mas igualmente a necessidade de alargar esta mobilidade sustentável às viaturas de maior dimensão que asseguram diariamente, nos diferentes territórios, com diferentes morfologias, o transporte de utentes entre o seu domicílio e a instituição. É essencial a modernização das frotas para incluir veículos mais eficientes em termos energéticos e menos poluentes, garantindo a existência de infraestruturas de carregamento disponíveis com a expressão e a dispersão que a capilaridade destas instituições no território exige. Caso contrário o esforço estará a ser em vão. Há uma grande expectativa nestas medidas de apoio, como a Frota + Verde, que o Plano prevê. A mobilidade sustentável só vai ser alcançada, enquanto sociedade, se estes agentes sociais não forem esquecidos em detrimento de outras prioridades.

3. A consciencialização das pessoas sobre os benefícios da mobilidade sustentável é necessária para mudar os comportamentos e hábitos de transporte, a par de um maior investimento nas infraestruturas, onde se inclui, naturalmente, modernizar e expandir as redes de transportes públicos, que promovam o reforço e a sua utilização crescente, possibilitando a consequente redução da dependência do transporte individual rodoviário.

Importa referir que, pelo papel que desenvolvem nas comunidades, em áreas transversais à vida humana, as IPSS são e serão importantes promotores e impulsionadores da mobilidade sustentável. A sua ação junto dos mais jovens, desde o contexto de creche ou educação pré-escolar, será particularmente influenciadora dos comportamentos das gerações futuras. A adoção de soluções sustentáveis permitirá contribuir para a educação destas crianças num contexto diferenciador, construindo, paulatinamente, um novo conceito de mobilidade na sociedade portuguesa, não descuidando, no entanto, as características e especificidades de cada contexto – respeitando e adequando a cada realidade. Apesar de não ser muito extenso, a realidade local é, efetivamente, muito diferente de norte a sul, do litoral ao interior do país. É fundamental que o planeamento tenha em atenção essas particularidades para assegurar o sucesso dos objetivos definidos.

A CNIS, enquanto entidade representativa de mais de 3.000 IPSS em Portugal, está sempre disponível para colaborar na construção de soluções que contribuam para a sustentabilidade, nas suas múltiplas dimensões, garantindo a disseminação dos instrumentos disponíveis e dos mecanismos de apoio que estão a ser desenvolvidos, junto das suas associadas, no sentido de contribuir para os resultados desejados.

A PROPÓSITO DO DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Humanitas alerta para recuo do governo nos apoios e direitos

A Humanitas - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental alertou para o recuo do governo nos apoios e direitos das pessoas com deficiência, destacando grande preocupação com algumas das recentes orientações nas políticas legislativas da área da deficiência.

A Direção da Humanitas já solicitou uma audiência à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e à Comissão Parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Inclusão da Assembleia da República para abordar estes temas, a propósito do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que se assinalou no dia 3 de dezembro.

O dia internacional “serve para alertar para a defesa da dignidade, direitos e bem-estar da pessoa com deficiência, valores que devem ser honrados e respeitados pelo governo português, mas algumas orientações nas políticas legislativas são muito preocupantes, como a desigualdade do subsídio para filho com deficiência ou doença crónica comparando com filho com doença oncológica”, referiu a Humanitas em comunicado.

Ressalvando aplaudir a subida do subsídio para filho com doença oncológica para 100% da remuneração de referência dos pais, a Humanitas destaca que não consegue entender a razão de o subsídio para filho com deficiência ou doença crónica apenas ter aumentado



para 80% da remuneração, uma desigualdade que diz ser incompreensível.

Outra situação que realça como preocupante é a proposta de aditamento ao Orçamento do Estado para 2025 que aprovou a possibilidade de condicionar o acesso à assistência pessoal

com base no rendimento, medida que recebeu críticas por violar os direitos humanos e a dignidade das pessoas com deficiência.

A Humanitas aponta que “tal demonstra algum desconhecimento deste assunto por parte da tutela” e argumenta

que a medida não tem qualquer sentido e vai prejudicar essencialmente a população com deficiência intelectual, impedindo-a de usufruir da assistência pessoal.

“É uma medida segregadora, discriminatória e completamente

desadequada da realidade”, lê-se no comunicado.

A Federação lembra ainda que Portugal “tem que se rever” na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e não pode esquecer os compromissos com a Europa nesta área.

CENTRO DE REFORMADOS E IDOSOS DA BAIXA DA BANHEIRA, MOITA

CRIBB celebra 50 anos e anuncia uma ERPI para 80 utentes

O Centro dos Reformados e Idosos da Baixa da Banheira (CRIBB), concelho da Moita, celebrou meio século de serviço à comunidade, numa cerimónia que ficou marcada pela apresentação do projeto de uma Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), um sonho antigo da instituição.

“Queremos muito ver a construção da ERPI em terreno gentilmente cedido pela Câmara Municipal da Moita”, avançou José Capelo, presidente da instituição, que revelou ainda que o equipamento terá uma capacidade para 80 utentes, “um investimento estimado em três milhões de euros”.

O presidente do CRIBB sublinhou que a instituição é “uma casa de afetos, de sorrisos, de alegria e de abraços, acrescentando: “Aqui não há estranhos, há família, a família CRIBB”.

Para além de José Capelo, estiveram presentes na cerimónia Luís Coelho, presidente da Mesa da Assembleia Geral do CRIBB,

Fernando Sousa, presidente da UDIPSS Setúbal, e Ana Teresa Fernandes, presidente da Junta da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, entre outros convidados, utentes e trabalhadores da instituição.

Aliás, a sessão comemorativa serviu também para homenagear trabalhadores com 10 anos de serviço, sócios com 25 anos de vida associativa e o dirigente António Luís, que esteve na fundação do CRIBB.

“Cinco décadas passaram, mas a nossa motivação é a de sempre: servir e estar ao lado de quem precisa. Por isso, é com um enorme sentido de responsabilidade e sentimento de orgulho, que olhamos para estes 50 anos e olhamos para o futuro com renovado orgulho e compromisso. Com a esperança renovada de que podemos marcar a diferença, para os nossos trabalhadores, sócios, utentes e comunidade”, frisou o presidente do

CRIBB, que deixou ainda palavras de apreço para os trabalhadores: “Uma verdadeira equipa de campeões para o trabalho que é necessário realizar diariamente. Temos uma grande equipa e da qual me orgulho e que sempre de forma unida soube enfrentar todos os desafios com que nos deparamos. Por isso, merecem todo o nosso respeito e reconhecimento”.

Reconhecendo que o distrito de Setúbal é o que mais associações de reformados tem no país, Fernando Sousa deixou um alerta para as dificuldades que, quotidianamente, obstaculizam o trabalho das IPSS, algo que se arrastam ao longo dos anos, com especial enfoque no subfinanciamento das instituições por parte da Segurança Social.

Atualmente, o CRIBB acolhe 41 bebés em Creche e apoia 30 idosos em Centro de Dia e 69 no SAD, servindo ainda 24 utentes na Cantina Social e mais 217 no âmbito da Ajuda Alimentar a Carenciados.

PROJETO «TFA – THEOFAMEACCOUNTABILITY»

Apelos à maior participação de IPSS durante a apresentação do primeiro Anuário

Foi no 1.º ano de 2017 que a CNIS foi desafiada a integrar o Projeto «TFA – TheoFrameAccountability: como promover a prestação de contas no sector da economia social: o caso das IPSS», promovido pelo ISCA – Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, a que se juntaram o ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e o ISCAC – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Perante a constante evolução do Sector Social, com novas exigências legais, mais escrutínio público e maior necessidade de mostrar impacto efetivo, os investigadores aperceberam-se que as IPSS precisam de instrumentos que as ajudem a prestar contas, medir resultados e a criar confiança na comunidade.

“Percebi de imediato que se tratava de um Projeto diferenciador e global, que poderia ser de grande importância para o Sector Social Solidário e para as IPSS em particular”, começou por dizer o presidente da CNIS, na sessão que serviu para partilhar os resultados já obtidos pela Plataforma SomosIPSS, bem como apresentar o Anuário das IPSS relativo ao ano de 2023, que decorreu em Lisboa.

“O facto de ao projeto também estarem associadas mais duas instituições de ensino superior, o ISCAP e o ISCAC, reforçou ainda mais o interesse nesta parceria”, acrescentou o padre Lino Maia, lembrando que “a CNIS disponibilizou o conhecimento prático do tecido social das instituições em Portugal para acrescentar esse conhecimento e experiência no terreno à importante e reconhecida investigação científica destes três institutos de referência nacional”.

Para o padre Lino Maia, “o Projeto tem sido uma mais-valia para a CNIS e para as IPSS”, por isso deixou, a todas as instituições, “o desafio e o apelo a se registarem na Plataforma SomosIPSS e a responderem aos questionários de desempenho económico, financeiro e social que lhes permitirá, de forma gráfica, interativa e dinâmica, conhecer

melhor os seus resultados e a posicionar-se relativamente às suas congéneres a nível local, regional e nacional”.

No fundamento do projeto estão a constante evolução do Sector Social, as novas exigências legais, o maior escrutínio público e a maior necessidade de mostrar impacto efetivo, pelo que “as IPSS precisam de instrumentos que ajudem a prestar contas, medir resultados e criar confiança na comunidade”.

E para o conseguir, os investigadores propõem dar resposta a diversas questões, entre as quais: “Avaliar o nível de satisfação de quem beneficia das atividades das IPSS? Avaliar a sustentabilidade das IPSS? Avaliar a utilização eficiente dos seus recursos? Avaliar a qualidade da sua relação com a comunidade? Assegurar uma maior transparência por parte das IPSS?”.

Para tal foi desenvolvida uma framework para medir accountability nas IPSS, uma plataforma gratuita (www.somosipss.pt) de apoio à transparência e um anuário nacional.

A sessão, que decorreu no Goethe Institut, em Lisboa, serviu, precisamente, para fazer um ponto da situação da Plataforma SomosIPSS e para apresentar o Anuário das Instituições Particulares de Solidariedade Social 2023, apresentado pelos docentes Augusta Ferreira e Rui Marques.

Nas conclusões, os investigadores defenderam que a análise revela: “a resiliência das IPSS diante de desafios significativos, com ênfase no impacto causado pela pandemia de Covid-19; mesmo enfrentando dificuldades e uma pressão considerável sobre os seus recursos, as instituições conseguiram adaptar-se, inovar e recuperar; dependência financeira das IPSS em relação a fundos públicos, sendo ainda limitada a captação de financiamento privado; papel significativo que as IPSS assumem na coesão social e na criação de emprego, sendo ainda agentes impulsionadores da economia local; crescente preocupação com a sustentabilidade e a responsabilidade social; e a crescente presença digital das IPSS”.

Por outro lado, são considerados



aspectos a considerar no futuro “o reforço da cooperação entre entidades, a valorização do capital humano e a adoção de uma cultura de inovação serão determinantes para garantir a sua relevância e impacto social no futuro e a transparência e a accountability emergem como elementos essenciais para a atração de novos investidores sociais, assim como para a criação de um ambiente de maior confiança entre os diversos stakeholders”.

Para os responsáveis pela elaboração do Anuário 2023, persistem desafios muito relevantes: “A diversificação das fontes de financiamento, fortalecendo a sustentabilidade financeira; a promoção de modelos de gestão mais autónomos e eficazes, como a profissionalização da gestão; a promoção de uma comunicação efetiva dos seus impactos; a avaliação e monitorização da satisfação dos utentes, trabalhadores e comunidade em geral; a implementação de boas práticas ambientais; e a adoção de novas tecnologias da informação e da comunicação e de soluções inovadoras”.

Sublinhando que o “primeiro Anuário das IPSS sublinha a importância da recolha e análise sistemática de dados no sector da Economia Social, em particular, das IPSS”, os investigadores consideram que “este



instrumento facilita a compreensão do impacto das IPSS na sociedade”, fazendo o “acompanhamento da sua evolução ao longo do tempo”, identificando “desafios estruturais, servindo de base para a definição de estratégias orientadas para um desenvolvimento sustentável” e promove “uma maior transparência, proporcionando acesso a uma visão abrangente do sector para decisores institucionais, entidades financiadoras e a sociedade civil”.

“Este Projeto facilita a prestação de contas, que é obrigatória por lei, disponibiliza ferramentas e conhecimento para as instituições utilizarem na gestão e a sustentabilidade é o grande desafio das IPSS”, reforçou o presidente da CNIS, lembrando que

“cerca de 50% das instituições chega ao fim do ano, sistematicamente, com resultados negativos”.

Por isso, “só com a continuidade da participação das instituições será possível prosseguir com a publicação de mais referenciais de desempenho nacional, ou seja, termos Anuário para mais anos, que sejam mais representativos e apresentem uma caracterização fidedigna e capaz de fornecer informação essencial às próprias instituições”, destacou o padre Lino Maia, ressaltando: “Mas também à CNIS e demais entidades representativas e às entidades públicas que apoiem a tomada de decisões em matéria de políticas públicas para o Sector Social Solidário”.

ERSSS REUNIRAM NA SEDE DA CNIS

Sector Social descontente com a “desconcentração de competências” avançada pelo governo

A sede da CNIS foi palco, no passado dia 4 de dezembro, de uma reunião das Entidades Representativas do Sector Social Solidário (ERSSS), a fim de abordarem a sua relação com diversas estruturas locais e regionais e ainda fazer sentir o seu descontentamento face a algumas intenções do governo.

Uma das matérias abordadas na reunião, em que a União das Misericórdias não se fez representar, teve que ver com a participação das ERSSS nas comissões de acompanhamento das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

“Foi decidido solicitar uma reunião ao ministro da Economia e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, no sentido de, mais uma vez, alertar para a necessidade de, ao nível dos fundos comunitários, o Sector Social Solidário ter uma plataforma própria de discussão”, referiu ao

Solidariedade, Alfredo Cardoso, que representou a CNIS no encontro, sublinhando: “Ao mesmo tempo, demonstrarmos o nosso descontentamento, porque na nova orgânica anunciada pelo ministro, no passado dia 2 de dezembro, no Fórum Regional do Norte, promovido pela CCDR Norte, em Amarante, foi decidido que a Agricultura terá uma vice-presidência nas estruturas regionais, assim como Saúde e Educação”.

Nesse Fórum, o ministro da Coesão Territorial destacou a relevância do processo de “desconcentração administrativa” em curso, que devolve às CCDR competências em áreas como Agricultura, Saúde, Educação, Ambiente e Cultura.

“O ministro anunciou, para além de outras notícias pouco animadoras, a desconcentração de competências para as CCDR, com a criação de uma vice-presidência para a Agricultura e outra

para a Saúde e Educação, deixando de lado todo o nosso esforço, que tem sido apreciado nas CCDR, para a criação de uma plataforma própria para tratar a matéria de natureza social, que tem tanta importância como outras áreas que são contempladas”, lamenta o dirigente da CNIS.

Segundo Alfredo Cardoso, o ministro justificou as novas vice-presidências nas CCDR “para satisfazer a geografia do descontentamento” associada à agricultura, saúde e educação, mas “quando o Sector Social Solidário defende a territorialização da pobreza, não está a falar da geografia do descontentamento, mas da geografia da pobreza”.

Por outro lado, na reunião na sede da CNIS, que contou com a participação de Luís Miranda, pela União das Mutualidades, e Joaquim Pequicho, pela Confecoop, foi ainda decidido “pedir uma reunião com a nova direção da Associação Nacional de Municípios Portugueses



(ANMP) para apresentar cumprimentos e rever o protocolo existente com as ERSSS, com a introdução de novos temas, designadamente, a territorialização da pobreza”, revelou Alfredo Cardoso, adiantando: “Na mesma linha, o Sector Social Solidário decidiu solicitar reuniões com as novas direções da Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) e da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), no sentido de abrir pontos de contacto que possam traduzir-se numa carta de intenções”.



eSOCIAL INFÂNCIA

by F3M

— BUROCRACIA
+ TEMPO PARA EDUCAR

CONHEÇA O eSOCIAL INFÂNCIAI

- ✓ Planificação simples e integrada
- ✓ Bloco de Notas para registar o que realmente importa
- ✓ Avaliação automática com base no que regista
- ✓ Comunicação segura e privada com as famílias

participe no, HEALTHi TALKs

by F3M

Espaço de partilha

Diálogo aberto e construtivo sobre os principais desafios enfrentados pelas instituições

Partilha de experiências e reflexão conjunta sobre práticas de sucesso

▼

Melhoria contínua na prestação de cuidados







saiba mais em
www.f3m.pt

FUNDAÇÃO ADFP, MIRANDA DO CORVO

38º aniversário celebrado e perpetuado com doação de benemérito

Nascida em novembro de 1987, em Miranda do Corvo, a Fundação ADFP - Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional assinalou o seu 38º aniversário num almoço no Conímbriga Hotel do Paço, com cerca de 400 pessoas, entre as quais os presidentes de Câmara de Condeixa e de Miranda do Corvo, respetivamente, Liliana Pimentel e José Miguel Ramos Ferreira, e da diretora da Segurança Social em Coimbra, Manuela Veloso.

Jaime Ramos, presidente da Fundação ADFP, vincou a vontade de cooperar com os municípios “com clareza, respeito pela legalidade, sem favorecimentos e sem enfrentar obstáculos ou sectarismos”.

Por outro lado, reforçou a ideia de os trabalhadores terem “orgulho de trabalhar na mais eclética e inclusiva organização nacional e uma das maiores fundações nacionais quanto ao número de colaboradores”, lembrando que a instituição “faz investimentos que respondem a necessidades dos concelhos onde atua, sem concorrer com negócios existentes, ou fazendo com que subam a qualidade, tentando fazer melhor do que o que já existe”.

E Jaime Ramos deixou alguns exemplos, como: “Fazemos vinho de qualidade para puxar pelos outros viticultores e colocámos a região de Sicó no mapa; quando apostamos num equipamento social ou de saúde, ele visa ser uma resposta

ainda inexistente, como é o projeto de Cuidados Continuados no Hospital S. João, na Lousã, tal como criámos a primeira residência para pessoas com Alzheimer em Portugal e a primeira residência geriátrica, com médico e enfermagem, em Miranda do Corvo; ou quando criámos o Museu da Chanfana para que se promovesse a gastronomia regional, garantindo que Miranda tinha um restaurante nos guias nacionais; ou quando construímos um Hospital, porque não havia nenhum próximo nos concelhos do Pinhal Interior”.

E no mesmo dia em que a Fundação ADFP celebrou o seu 38.º aniversário, como demonstração de reconhecimento pelo trabalho social desenvolvido pela instituição e num gesto de gratidão pessoal pelo apoio dado à sua comunidade há mais de três décadas, António Alves Ferreira, de 93 anos, viúvo e sem descendentes vivos, formalizou a doação da sua residência, situada em Vil de Matos, ao património da Fundação ADFP, uma casa construída na década de 1960.

A ligação entre o benemérito e o fundador da instituição remonta a 1990, quando Jaime Ramos, então Governador Civil do Distrito de Coimbra, visitou Vil de Matos e interveio para apoiar a recuperação da igreja local, então em avançado estado de degradação. Com apoio do governo e do então ministro Fernando

Nogueira, foi possível viabilizar as obras, em colaboração com a comissão local, da qual António Alves Ferreira fazia parte.

Mais de 35 anos depois, esse momento foi relembrado através da doação, que Jaime Ramos interpretou “como expressão de gratidão pela intervenção de então e de confiança no trabalho social e humanista que a Fundação desenvolve hoje”.

A escritura foi assinada no próprio dia de aniversário da instituição. “Este gesto comove-nos profundamente. Representa não apenas um ato de generosidade, mas um reconhecimento das causas humanas e sociais que movem a Fundação. É um privilégio ver que o nosso trabalho inspira confiança e merece a entrega de bens que representam a vida e a história das pessoas”, destacou Jaime Ramos.

Por outro lado, no passado dia 3 de dezembro, a Fundação ADFP celebrou o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, promovendo um programa marcado pela inclusão, pela partilha e pela valorização da diversidade humana.

Sob o lema «A inclusão acontece quando todos têm lugar», a instituição reuniu utentes, colaboradores, famílias e comunidade num encontro focado na igualdade, dignidade e participação.

Entre as muitas iniciativas realizadas, destaque para a «Construção



do Coração Inclusivo», que envolveu todos os participantes na criação de um grande coração coletivo.

Na sessão foram ainda apresentados dois livros escritos por colaboradores da Fundação: «Resiliência – Um Diferente Olhar», de Vasco Costa, e «Troca de alhos – Humor do Carilho», de Marco Henriques.

Com a iniciativa, “a Fundação ADFP renovou o seu compromisso com a promoção dos direitos das pessoas com deficiência e com a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde todos têm lugar, voz e oportunidade de participar plenamente”, lê-se na nota enviada à redação.

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE NESPEREIRA, CINFÃES

Demências foram tema da conferência «Entre o Rio e a Serra»

No âmbito do Projeto Reviver, a Associação de Solidariedade Social Recreativa de Nespereira promoveu mais uma sessão do ciclo de conferências «Entre o Rio e a Serra», subordinada ao tema «Demências: Juntos por uma vida melhor».

Numa parceria entre a autarquia de Cinfães e a instituição, o Projeto Reviver foi criado em 2017 e, atualmente, abrange todo o concelho, intervindo desde o diagnóstico às fases avançadas da doença, apoiando cuidadores, formando profissionais e promovendo uma ação de proximidade junto das famílias.

A conferência «Demências: Juntos por uma vida melhor»,

que se decorreu no Auditório Paroquial de Nespereira, juntou especialistas de várias áreas ligadas à saúde, intervenção social e envelhecimento, com comunicações sobre o impacto do uso digital na memória, do papel das crianças na vida de uma pessoa com demência ou dos desafios do cuidado à pessoa idosa.

Marcaram ainda presença na conferência Luís Leitão, presidente da Associação de Nespereira, Carlos Cardoso, presidente da Câmara Municipal de Cinfães, Sónia Soares, vereadora com o pelouro da Saúde, e André Ribeiro, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira, entre outras personalidades.



ASSMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Proposta de atualização da cooperação

A CNIS reuniu em dupla Assembleia Geral (AG), uma ordinária e outra extraordinária, no passado dia 29 de novembro, em Fátima.

Na Assembleia Geral ordinária, que tinha como principal ponto da ordem de trabalhos a apreciação e votação do Orçamento e do Programa de Ação para 2026, o presidente da CNIS deu algumas informações sobre o momento da Cooperação.

“Neste momento, estamos numa situação confusa”, começou por dizer o padre Lino Maia, acrescentando: “Não estou otimista, também não estou pessimista, mas não estou otimista”.

E se de início não quis revelar os valores propostos para a atualização dos acordos de cooperação até ao momento, depois das muitas questões e preocupações levantadas pelos dirigentes das instituições associadas, o líder da CNIS foi mais objetivo: “Antes de mais, quero dizer que subscrevo todas as vossas preocupações. Agora, da parte do governo, foi-nos dito que a atualização base seria de 4,7%. Isto não é suficiente... Parece um favor, uma esmola porque somos boas pessoas”.

O padre Lino Maia lembrou ainda que “o Sector Social Solidário está a pagar 15% abaixo dos outros sectores”, sublinhando: “Assim, uma atualização de 4,7% é no pressuposto que vamos manter este tipo de remunerações e a praticar a injustiça”.

“Tenho muita pena que a secretária de Estado [da Ação Social e Inclusão] seja tão boa pessoa, mas preocupa-se mais em defender as posições do governo do que em tentar resolver os nossos problemas”, asseverou o padre Lino Maia.

Antes, o presidente da CNIS já havia lembrado que, nas negociações, “partiu-se do princípio que a inflação era a prevista, mas foi superior”, sendo que “o governo propõe uma atualização que não me deixa confortado”, para além de que “há respostas sociais em que se está muito longe dos 50%, como é o caso da ERPI, que está nos 41%”.

Ainda no período em que deu informações à assembleia, o padre Lino Maia revelou que, a propósito da compensação para os SAD que operam em territórios de baixa densidade populacional, que a poucas instituições foi paga em agosto e setembro e depois foi retirada, “a CNIS reagiu e esta semana houve a confirmação de que vai ser atribuída”.

PROGRAMA DE AÇÃO

A Reunião Magna arrancou com a apresentação do Programa de Ação, que esteve a cargo da assessora Filomena Bordalo.

Assim, no âmbito do objetivo de “garantir e afirmar a identidade e autonomia das IPSS, assim como os valores que orientam a sua ação”, em 2026 será comemorado o Dia da CNIS, a 15 janeiro, com a apresentação do Estudo «A Importância Económica e Social das IPSS em Portugal», para os anos económicos de 2022 e 2023.

Por outro lado, promover e realizar a Chama e Festa da Solidariedade, em colaboração com as Uniões Distritais de Leiria e Aveiro, realizar os habituais encontros regionais com as respetivas Uniões e promover o Congresso Temático no âmbito da «Proteção Social e Pobreza».

Já no objetivo de capacitação dos trabalhadores da CNIS, pretende-se proporcionar ações de formação aos trabalhadores da CNIS e continuar a reorganização dos meios de comunicação existentes.

A CNIS prosseguirá a melhorar a coesão, eficácia e eficiência dos serviços e a apoiar tecnicamente a sua representação institucional. Neste particular, irá “apoiar a preparação de intervenções a serem efetuadas pelos representantes da CNIS em diferentes eventos” e a “preparar as matérias a serem discutidas/enviadas nas/às diversas instâncias, elaborar pareceres técnicos, nomeadamente relativos a matérias legislativas e de cooperação”.

Em 2026, continuará a promover e organizar ações de formação para dirigentes e equipas de trabalhadores das IPSS, com destaque para novas edições do Curso de Gestão para Dirigentes.

A CNIS irá dinamizar estudos e trabalhos de investigação, com destaque para o estudo de investigação sobre o sono das pessoas mais velhas e formação de técnicos e cuidadores, para além de publicar os dados do estudo sobre «A importância económica e social das IPSS em Portugal» para o ano económico de 2024 e recolher e tratar os dados do ano económico de 2025.

Quanto à Contratação Coletiva de Trabalho das IPSS, a CNIS irá negociar os CCT - Contratos Coletivos de Trabalho com as diferentes frentes sindicais, “sendo este um processo desenvolvido nos termos previamente definidos



pela Direção da CNIS, privilegiando o diálogo com os sindicatos e assegurando a estabilidade financeira das instituições e, simultaneamente, atrair e reter trabalhadores qualificados e vocacionados”.

Relativamente à cooperação interinstitucional, a CNIS vai relançar a plataforma ROTASS – Rede Operacional e Técnica de Apoio ao Sector Solidário e incrementar a divulgação de notícias e boas práticas na newsletter semanal «Notícias à Sexta», na ROTASS e no jornal Solidariedade.

No sentido de concretizar o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, a CNIS vai continuar a trabalhar no cálculo os custos médios reais e dos custos técnicos das diferentes respostas sociais, nas áreas da Ação Social, Educação e Saúde, para além de acompanhar o cumprimento do mesmo.

Por outro lado, em 2026 a CNIS prosseguirá a negociação, monitorização e

avaliação da execução do Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário para o biénio 2025-2026, tal como elaborar uma proposta para encetar negociações para o Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário para o biénio 2027-2028.

No propósito de acompanhar a transferência de competências para os órgãos municipais e intermunicipais nas áreas da Ação Social, Educação e Saúde, a CNIS irá monitorizar e avaliar a execução do protocolo celebrado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), negociando para acrescentar a “territorialização da pobreza”, e estabelecer negociações com a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e a Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), “tendo em vista a subscrição de ‘cartas de intenção de cooperação’”.

Por fim, para contribuir para a promoção da coesão territorial, nomeadamente

ação de 4,7% é insuficiente



pelo acompanhamento e participação nos Programas de Apoio: PT 2030, PO Regionais e PRR, a CNIS irá promover e participar em reuniões com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais (CCDR) “para esclarecer e informar sobre a natureza do Sector Social Solidário, bem como para captar recursos”.

Seguiu-se a apresentação do Orçamento para 2026, no qual é previsto um Resultado Líquido de 93.686,40 euros, fruto da diferença entre os 934.219,00 euros de Total de Rendimentos e os 840.532,60 euros do Total de Gastos.

Ambos os documentos foram aprovados por 106 votos a favor, oito abstenções e um voto contra.

Na sua intervenção inicial, o padre Lino Maia ainda deu conta à Assembleia, das alterações que os serviços da CNIS sofreram com a aposentação em simultâneo das duas funcionárias – Emília Fontes e Claudina Caetano –, no dia 31 de outubro, e que estavam na casa “há muitos anos”.

“De realçar que as duas, enquanto estiveram ao serviço da CNIS, foram sempre competentes e dedicadas”, afirmou o padre Lino Maia, revelando que os serviços serão assegurados por Pedro Nogueira e que o Gabinete Técnico foi reforçado com mais um elemento, Letícia Fernandes.



Ainda não há acordo de cooperação para 2026

A CNIS, representada ao mais alto nível pelo seu presidente, Lino Maia, reuniu na primeira semana de dezembro com a Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes, para apresentar os argumentos que sustentam as pretensões negociais da Confederação no Acordo de Cooperação para 2026.

O governo tem vindo a fazer rondas com cada uma das organizações representativas do sector social, separadamente, com o fito de conseguir um acordo para breve. Do encontro com a CNIS pouco se sabe, a não ser que a representante governativa ouviu atentamente as razões apresentadas pelo padre Lino Maia que assentam essencialmente na reivindicação do aumento que servirá para o Estado cumprir o Pacto de Cooperação para a Solidariedade que estipula equidade na comparticipação das respostas sociais.

Em recente entrevista ao Jornal Solidariedade a Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão garantia que a parte mais difícil do entendimento com as Organizações do Sector Social já foi conseguida há tempos. Está consensualizado que, todos os anos, será automaticamente aplicada uma fórmula base que determina a parte da comparticipação do Estado que anula o efeito financeiro que o aumento do salário mínimo e da inflação provoca.

A Secretária de Estado, Clara Marques Mendes, dizia nessa entrevista que no início de 2026 haveria acordo de cooperação e assegurava que o governo está empenhado em atingir os 50% de comparticipação até ao fim da legislatura.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Proposta de alteração do Regulamento Eleitoral rejeitada

Finda a Assembleia Geral ordinária, e já com algum atraso para a hora inicialmente prevista, iniciou-se a Reunião Magna extraordinária, cujo ponto único da ordem de trabalhos era a deliberação sobre uma proposta de alteração do Regulamento Eleitoral.

A assembleia acabou por rejeitar a proposta que, como afirmou o presidente da CNIS na sua apresentação, “o Regulamento é o mesmo com pequeníssimas alterações”.

Eram três as alterações propostas: o esclarecimento de que para apresentar uma lista a eleições serão necessários dois terços dos membros que compõem o Conselho Geral; a eliminação da proibição de elegibilidade para qualquer outro cargo dos membros do Conselho Geral; e a alteração da formulação do nº 6 do Artigo 7º, passando a: “As candidaturas regularmente recebidas serão divulgadas, em condições de igualdade, a todas as instituições filiadas e afixadas, aquando da sua realização, no local do Congresso”.

Perante algum questionamento sobre a pertinência da apresentação da proposta, o Presidente da Mesa da AG, José Carlos Batalha, lembrou que “as instituições receberam a proposta de alteração e não houve qualquer pronúncia sobre a mesma”. Foi tomada a decisão de votar a proposta, que acabou rejeitada com 58 votos contra, 29 a favor e oito abstenções.

Recorde-se que no início de 2017 haverá Congresso Eleitoral para eleger os novos Órgãos Sociais da CNIS para o quadriénio 2027-2030.



CÁRITAS
DIOCESANA
DE COIMBRA

Campanha
«Biscoitos
Solidários»
alia sabor e
solidariedade

Já em plena época natalícia, a Cáritas Diocesana de Coimbra, através do seu Centro Comunitário de Inserção (CCI), aproveitou o ensejo e lançou a campanha «Biscoitos Solidários», uma iniciativa que alia o sabor das tradições de Natal à solidariedade e ao apoio social.

“Feitos com carinho no Centro Comunitário de Inserção, os «Biscoitos Solidários» são uma proposta perfeita para este Natal, quer como lembranças empresariais, quer como parte de cabazes natalícios com uma vertente social”, lê-se na nota enviada à redação, onde é acrescentado: “Produzidos artesanalmente e com dedicação, estes biscoitos simbolizam o espírito de partilha e o compromisso da Cáritas de Coimbra com quem mais precisa”.

Os produtos estão disponíveis em três tamanhos de embalagens, permitindo adaptar cada encomenda às necessidades dos interessados, sejam empresas ou particulares.

O valor angariado revertirá integralmente para apoiar pessoas e famílias acompanhadas pelo Centro Comunitário de Inserção, “contribuindo para melhorar as suas condições de vida e promover a inclusão social”.

As encomendas podem ser feitas diretamente junto do Centro Comunitário de Inserção, através do site ccin-sercao@caritascoimbra.pt ou do telefone 239 855 840.

CENTRO DE DIA E SOCIAL DE S. BENTO, CASTELO BRANCO

Centro de Noite já está a ser transformado em ERPI

Já está em andamento a obra que permitirá ao Centro de Dia e Social de São Bento encarar o futuro com mais otimismo, face às dificuldades que têm afetado a instituição de Louriçal do Campo, concelho de Castelo Branco.

Com um valor base de quase 750 mil euros, arrancou a obra de transformação das atuais instalações do Centro de Noite em Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), cujo prazo de execução está fixado em 300 dias.

Simbolicamente, e ao contrário do habitual lançamento da primeira pedra, o presidente da autarquia albicastrense, Leopoldo Rodrigues, demoliu a primeira parede do edifício.

“Este foi um projeto que a Câmara Municipal assumiu na totalidade, porque era a única forma desta instituição ter viabilidade”, sustentou, lembrando que os custos são totalmente a expensas da autarquia, proprietária do edifício, o que permite fazer a intervenção de forma direta.

No final de 2024, em Assembleia Geral, a Direção da instituição informou associados e a comunidade que era essencial a transformação do Centro de Noite em ERPI, pois, de outra forma, o futuro poderia ser insustentável. Na altura, a instituição já tinha o projeto aprovado pela Segurança Social e pela Câmara Municipal, no entanto, faltava o financiamento. E foi nessa



Reunião Magna que a autarquia assumiu que a obra avançaria, tal com já aconteceu.

“Esta é a única solução que permite que a instituição continue a funcionar e de continuar a apoiar os utentes, mas também para manter os 14 postos de trabalho”, sublinhou Manuel Breia, presidente do Centro de Dia e Social de São Bento.

Inicialmente apenas com as respostas sociais

de Centro de Dia (14 utentes) e Serviço de Apoio Domiciliário (24 utentes), em 2018, a prenda pelos 25 anos de atividade foi a inauguração do Centro de Noite (19 utentes), uma espécie de pré-lar que ajudou a equilibrar as contas da instituição. Agora, é tempo de o Centro de Noite dar lugar a uma ERPI, cumprindo-se o desejo da instituição em melhor servir a comunidade.

CENTRO SOCIAL DE VALE DO HOMEM, VILA VERDE

Casa Mãe - Quinta do Senhor é nova resposta na área da deficiência

O Centro Social do Vale do Homem (CSVH) inaugurou, em Lanhas, concelho de Vila Verde, mais um equipamento social, desta feita, uma nova estrutura na área da deficiência: a Casa Mãe – Quinta do Senhor.

Por outro lado, a instituição instalou, igualmente, sua sede institucional no mesmo edifício, “reforçando o seu compromisso com a inclusão, a autonomia e o desenvolvimento social”.

O novo equipamento resulta de um investimento de cerca de 3,5 milhões de euros, cofinanciado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Para além de um Centro de Atividades e Capacitação para a

Inclusão (CACI), a nova resposta à deficiência integra quatro Residências de Autonomização e Inclusão (RAI), com capacidade total para 40 utentes, apoiados por uma equipa de cerca de 30 profissionais.

Jorge Pereira, presidente do CSVH, afirmou, durante a cerimônia, que o novo equipamento “é um marco na história da instituição” e que, “cada parede, representa a vontade coletiva de valorizar as diferenças”.

“Este é um lugar para todos, com pessoas inclusivas e diversas atividades de cariz cultural, educativo e desportivo. Este espaço representa mais do que uma infraestrutura, é um local de transformação de

vidas, assente nos valores de crescer, servir, viver e humanizar”, sustentou, acrescentando que “a Quinta do Senhor é muito mais do que um conjunto de edifícios, é um espaço vivo, ambientalmente sustentável e verdadeiramente inclusivo, onde se cruzam a natureza, a inovação e o compromisso social, onde a diferença é respeitada e transformada em oportunidade”.

Sobre a importância da parceria com o Município de Vila Verde, Jorge Pereira sustentou: “O CSVH é feito de pessoas e de comunidades. Sem o envolvimento das autarquias, das famílias e dos nossos profissionais, nada disto seria possível. Cada colaborador, cada técnico e cada parceiro é parte desta missão de

construir um futuro mais humano”.

“A Humanitas tem muito gosto em ter o CSVH como associado. Este equipamento é motivo de orgulho e incentivo para continuar a investir na área social, servindo as famílias e promovendo a dignidade humana”, sublinhou Helena Albuquerque, presidente da Humanitas – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental.

A cerimónia contou a presença do ministro da Agricultura e Mar, José Manuel Fernandes, dos presidentes das câmaras municipais de Vila Verde, Júlia Fernandes, de Amares, Emanuel Magalhães, e de Terras de Bouro, Manuel Tibo, do diretor do Centro Distrital de Braga da Segurança Social, João Ferreira.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

WWW.TRIVALOR.PT

[LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, N° 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF: 210 420 005 / 210 420 808
FAX: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

CENTRO SOCIAL DA LOMBA, GONDOMAR

40 anos de serviço aos outros onde não existe mais nada

O Centro Social da Lomba celebrou este ano 40 anos de uma história que começou com um Centro de Convívio e hoje é a única ERPI do concelho de Gondomar que não tem direção canónica.

“Ao fim de 40 anos, a nossa situação é a das IPSS em geral com a particularidade de onde está situada”, começa por referir Joaquim Viana, presidente da instituição, explicando: “Convém referir que esta instituição está situada na freguesia mais pequena do concelho, a 30 quilómetros da sede de concelho, é a freguesia que tem a população mais idosa e que hoje está reduzida a, sensivelmente, 1.400 habitantes”.

Nesse sentido, o presidente do Centro Social, considera que “a instituição tem um peso considerável na freguesia porque é a única que cria emprego, porque aqui não há indústria nem há comércio”, pelo que a instituição “tem uma dupla responsabilidade”, isto é, para com os utentes e para com toda a comunidade.

Atualmente, o Centro Social acolhe 47 idosos na Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) e apoia 17 utentes através do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), com uma equipa de 42 trabalhadores.

“É uma IPSS com todas as dificuldades das demais, que precisa todos os anos de 1,2 milhões de euros e que tem este peso social todo, que tem um património superior a cinco milhões de euros, mas que é um titanic. É um edifício com cinco pisos, que trazem despesas acrescidas na manutenção”, argumenta Joaquim Viana, lembrando: “Fomos a única instituição do concelho a ter um POPH, o que nos obrigou a contrair um empréstimo, porque na prática o programa não apoiou a 60%, e isso complicou-nos a vida. Depois tivemos sorte na reestruturação de toda a instituição, porque fomos selecionados numa candidatura e tivemos aqui uma empresa que nos ajudou a organizar e a montar toda a estrutura que hoje temos”.

Joaquim Viana sublinha a importância desta ajuda externa no desempenho da instituição, pois a abertura da nova ERPI foi uma espécie de revolução no Centro Social: “A estrutura que temos não foi idealizada por nós, mas por essa empresa, que nos tem dado muitas vantagens no funcionamento. Foi ela que nos orientou, certificou e forneceu os procedimentos que ainda hoje usamos na gestão. Tem sido uma mais-valia. Isto aconteceu tudo em 2013, quando terminámos a obra, em plena Troika, sem dinheiro, com débito por causa da obra e a crescer a todos os níveis. Isto nem secretaria tinha!”.

Os dois anos que se seguiram à inauguração da ERPI foram difíceis, em termos financeiros, para o Centro Social, com resultados negativos, mas a partir de 2015 e até à Covid, recuperou, apresentando resultados positivos.

“Com a pandemia voltámos a andar para trás, o que é normal, apesar das imensas ajudas que tivemos, e nos anos de 2020 a 2022 voltámos a ter saldo negativo, mas já recuperado desde 2023”, revela.

Mas a pandemia não trouxe apenas dificuldades



financeiras à instituição da Lomba, pois seis utentes e uma funcionária faleceram e o Centro de Dia encerrou em definitivo.

“O Centro de Dia encerrou na Covid porque colocaram muitas exigências. Ainda equacionámos disponibilizar o salão de festas, mas desistimos. Os utentes foram para a ERPI e outros para o SAD, nenhum ficou abandonado”.

De momento, os responsáveis pelo Centro Social não têm nenhum projeto novo em marcha.

“Consideramos que esta estrutura, para a freguesia e as dificuldades que sentimos, já é suficiente”, defende Joaquim Viana, revelando outra preocupação que teme possa redundar em “catástrofe”: “Há uma outra situação, para a qual tenho vindo a alertar, que pode vir a ser uma catástrofe, que é não haver gente disponível para os corpos sociais das instituições. A par do financeiro, este é o grande problema que as IPSS enfrentam”.

Considerando que “a lei que limita os mandatos é uma estupidez”, o líder da instituição sustenta que “os sócios é que devem decidir quem deve gerir a instituição”.

Joaquim Viana aponta “as exigências que a lei determina em relação à responsabilidade solidária dos dirigentes” como a principal razão para não haver gente disponível.



Sobre como seria a Lomba sem o Centro Social, a resposta sai pronta: “Um deserto. A Lomba é conhecida pela excelente praia fluvial que tem e pelo Centro Social, porque de resto não tem mais nada”.

Ao fim de quatro décadas de serviço social, o presidente do Centro Social da Lomba considera que “é uma história de sucesso”, deixando um elogio especial à Comissão de Reformados que tudo começou

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

Opinião

Henrique Rodrigues
Presidente do Centro Social de Ermesinde



No rescaldo das Autárquicas

1 - Por ocasião das recentes eleições autárquicas, e no contexto da respectiva campanha eleitoral, a Instituição de que sou dirigente foi visitada pelas principais forças políticas candidatas às eleições no meu concelho, como parte de um roteiro para estas conhecerem melhor as necessidades das Instituições e assim elaborarem um diagnóstico social mais colado à realidade.

Costuma ser assim sempre que há eleições – e é bom que assim seja: as autarquias locais e as Instituições Particulares de Solidariedade Social partilham o sentido de proximidade às pessoas e aos territórios e têm como ambição comum, nas respectivas áreas de competência, melhorar a vida das pessoas que vivem ou trabalham em cada território.

Esta proximidade constitui, ao mesmo tempo, uma oportunidade e uma ameaça.

Uma oportunidade, certamente, sempre que, Instituições Particulares e autarquias, procurem prosseguir a sua missão no estrito respeito pelas respectivas competências e integrem os recursos de cada qual numa conjugação de esforços para potenciar a melhoria das condições de vida das populações por ambos servidas.

Mas também uma ameaça, nos casos em que a tentação do estatuto de poder público contamine a cooperação entre ambas as organizações e configure uma posição de arrogância que mina qualquer esforço de articulação.

Os últimos 3 anos assistiram, como se sabe, a um processo de cooperação entre as autarquias e as IPSS, no âmbito da transferência de competências da Administração Central para a Administração Local em matéria

de acção social.

Tratou-se da finalização de um processo que vinha sendo anunciado há muitos anos e cuja consumação vinha sendo sucessivamente adiada, avolumando receios de que tal processo de transferência de competências se viesse a traduzir num esvaziamento do papel das IPSS naquilo que é o âmago da sua acção: cuidar das pessoas, especialmente das mais vulneráveis.

Ora, a forma como, na maior parte das situações, decorreu o processo de transferência de competências na acção social veio a traduzir-se numa cooperação e parceria mais aprofundada com os municípios do que a que as IPSS mantinham com o ISS, I.P.

E isto, quer se trate do CLDS, em que IPPS foram convidadas

pelos Municípios, agora titulares da competência, a assumirem a gestão dos Contratos Locais; quer se trate do SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, cujos Protocolos celebrados entre os Municípios e as Instituições substituem, com vantagem, os antigos Protocolos RSI, que titulavam a cooperação entre as IPSS e o ISS, I.P.

2 – Recebemos, pois, a visita dos partidos.

O guião da conversa foi mais ou menos o mesmo que o de ocasiões passadas: apresentação da Instituição, percorrendo o roteiro das respostas, serviços e valências, informando dos constrangimentos e visitando instalações, para uma aproximação táctil ao “corpus” da Instituição.

Pelo seu lado, os candidatos explicitaram o seu programa para o concelho, para a freguesia e para o mandato – tudo dentro do cânone.

Mas, desta vez, a exposição tinha uma novidade.

Ao elencar das necessidades da população, referia-se, e bem, a criação de uma creche e de um lar de idosos em cada uma das freguesias do concelho.

Com efeito, o município em questão não é diferente da generalidade dos municípios de Portugal,

em que a pretensão governamental de lograr a universalização da resposta social de creche esbarra com a realidade de escassez de oferta e em que as respostas residenciais para as pessoas mais velhas apresentam uma percentagem de cobertura das mais baixas da OCDE.

Estavam bem, portanto, os candidatos quanto ao diagnóstico das referidas necessidades.

Porém, sucede que, para satisfazer essas necessidades da população, os candidatos a autarcas se propunham, não só construir tais equipamentos, mas igualmente geri-los.

Verifiquei depois, em programas eleitorais de outros concelhos, a réplica das proposições referidas quanto ao meu município: falta de creches e lares e propósito de construir e explorar tais respostas.

Ora, não é esse o figurino constitucional no nosso País, em que a gestão de respostas sociais constitui atribuição das Instituições de Solidariedade.

Estou por saber se a descoberta dessa vocação das autarquias para concorrerem com o Sector Solidário no domínio das atribuições no âmbito do sistema público de protecção social constitui uma lembrança avulsa de apenas algumas, ou se traduzem um desígnio colectivo fixado por algum poder oculto.

Quanto à transferência de

competências do ISS, I.P. para as autarquias municipais, a persistência e a vigilância das IPSS sobre as várias faces do processo asseguraram a manutenção do trabalho que já vinha sendo realizado e permitiu mesmo o seu reforço.

Do que se trata agora é de fazer o mesmo acompanhamento e a mesma pressão, quanto a esta nova face que aparenta a concorrência que, relativamente ao Sector Solidário, as instâncias do poder estão sempre prontas a promover.

Do atendimento de crianças até aos três anos e dos mais velhos em lares, são as IPSS quem mais sabe.

Como as comunidades também sabem ...

3 – Este é o último número do Solidariedade até ao Natal.

Com os votos de Bom Natal, aqui fica um poema de David Mourão-Ferreira:

“Juntam-se os mortos hoje à noite/ juntam-se à roda de uma árvore/ainda verde ou já em fogo/para chorar a nossa falta// Ainda verde? Ou já em fogo?/ Fraternidade: Ó flor! Ó cinza!/ Juntam-se os mortos hoje à noite/para fingir que são felizes.// Sopram a neve. Acendem velas./ rompem de súbito a cantar:/ Dizem que estão à nossa espera./ Sabem que havemos de voltar.”





**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 🚚

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
UISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt

APP – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PSICOGERONTOLOGIA

Prémio Envelhecimento Ativo distinguiu a longevidade ativa e luminosa

A Sala de Extrações da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa acolheu a cerimónia da 14ª edição do Prémio Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro, iniciativa da Associação Portuguesa de Psicogerontologia (APP), na qual foram entregues as diferentes distinções aos seis galardoados.

Julietta Vasconcelos, presidente do Conselho de Administração da CERCI Lisboa (Intervenção Social), Lúcia Franco, atriz (Arte e Espetáculo), Filipe Duarte Santos, professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (Ciência e Investigação), Luís Valente de Oliveira, professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Política e Cidadania), João Queiroz de Melo, médico cardiologista (Ética e Saúde), e Ana da Conceição Pinheiro, figura incontornável da freguesia do Beato (Família e Comunidade), foram os grandes premiados da 14ª edição do Prémio Envelhecimento Ativo, que, anualmente, distingue pessoas com mais de 80 anos e que ainda dão um contributo ativo à sociedade.

“As pessoas são pessoas durante toda a vida e temos que conseguir criar condições e espaço para que possam continuar a viver depois dos 80, com a dignidade que merecem. Isto deve ser um desígnio de todos”, afirmou Maria João Quintela, presidente da APP, lembrando ainda a Dra. Maria Raquel Ribeiro, “que foi uma pessoa pioneira em muitos aspetos e que deve ser celebrada com entusiasmo”.

Criado em 2012, no Dia Internacional do Idoso, o Prémio Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro resulta de um protocolo celebrado entre a Santa Casa, a APP e a Fundação Montepio, no sentido de valorizar uma personalidade que dedicou toda a sua vida à causa social e à promoção do envelhecimento ativo e participativo.

“Os homenageados de hoje são a prova de que a transição para a reforma representa apenas uma mudança de paradigma e não o fim da participação cívica e profissional”, começou por



dizer Paulo Sousa, provedor da Misericórdia de Lisboa, acrescentando: “A sua energia e talento demonstra que a experiência acumulada é um capital social que continua a enriquecer a nossa sociedade”.

A cerimónia contou ainda com as presenças, entre muitas personalidades na plateia, e contributos de Idália Serrão, administradora executiva da Fundação Montepio, e de Sofia Athayde, vereadora da Câmara Municipal de Lisboa.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS LAMEIRAS, V. N. FAMALICÃO

Cinco novos espaços e a requalificação do edificado em 2026

Associação de Moradores das Lameiras (AML), Vila Nova de Famalicão, aprovou, em Assembleia Geral, uma série de investimentos a realizar no ano de 2026, “orientados para a autossustentabilidade e para a resposta às necessidades e expectativas da comunidade”.

O destaque vai para um conjunto de intervenções, com um custo previsto que ascende a cerca de 320 mil euros, para a criação de cinco novos espaços integrados no Edifício das Lameiras, a requalificação do espaço exterior do Centro Social e ainda a aquisição de novos equipamentos.

Os principais projetos centram-se na criação de cinco novos

espaços integrados nas antigas instalações da Associação famalicense, no Edifício das Lameiras. Estes espaços (Cozinha Terapêutica, Cozinha Montessori, Lavandaria/Espaço de Costura, Mercadinho e Biblioteca/Sala de Apoio) vão permitir fortalecer o apoio prestado aos utentes das respostas sociais e à comunidade envolvente que necessita destes espaços.

O objetivo é dotar estes públicos de infraestruturas que promovam maior autonomia e competências essenciais para a vida diária.

Por outro lado, estão previstas diversas intervenções estruturais nas instalações do Centro Social, que passa pela requalificação da rede de abastecimento de água quente

e fria, pela resolução de problemas de humidade, pela pintura integral do edifício e a reparação ou aquisição de equipamentos hoteleiros e de lavandaria.

Já no passado dia 25 de novembro, no âmbito do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, a Associação de Moradores das Lameiras recebeu do Inatel de Braga dois computadores e uma impressora para a Casa Abrigo «Viver Melhor».

O material servirá para dotar a casa de ferramentas que auxiliarão as mulheres acolhidas na otimização do seu projeto de vida e no desenvolvimento de competências para a sua vida pessoal e profissional.



Os dois representantes do Inatel de Braga, Raúl Fernandes e Armino Vilas Boas, que ofertaram

os equipamentos à instituição famalicense, visitaram as instalações da AML, em especial a Casa Abrigo.

FICHA TÉCNICA



**Confederação Nacional
das Instituições de
Solidariedade**

Propriedade:

CNIS (Confederação Nacional
das Instituições de Solidariedade)
- Rua da Reboleira, 47 - 4050-492
Porto - NIF: 501 146 253

Telefone: 22 606 86 14

Fax: 22 600 17 74

e-mail:
jornal.solidariedade@gmail.com

Sede de Redação e de Editor: Rua
da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto

Diretor: Padre Lino Maia

Diretor-Adjunto:

Padre José Baptista

Editor: V.M. Pinto

Redação: Milene Câmara, Pedro
Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira

Colaboradores: Eugénio Fonseca,
Henrique Rodrigues, José
Figueiredo e Paulo Pedroso

Estatuto Editorial:

[http://www.solidariedade.pt/site/
mostrapdf/13446](http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446)

Impressão:

Unipress - R. Anselmo Braancamp,
220 - Granja 4410-359 Arcozelo -
Vila Nova de Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares

Depósito Legal n.º 11753/86,
ICS-111333

INSTITUTO EUROPEU PARA A IGUALDADE DE GÉNERO

Mulheres têm que trabalhar um ano e três meses para ganharem o mesmo que os homens auferem num ano

As mulheres na União Europeia precisam trabalhar um ano e três meses para ganhar o mesmo que os homens ganham num ano, denunciou o Instituto Europeu para a Igualdade de Género, no seu mais recente relatório.

O Instituto Europeu para a Igualdade de Género publica anualmente o Índice de Igualdade de Género e o relatório de 2025 dá conta de que “apesar dos progressos em toda a Europa, a igualdade de género total ainda está a pelo menos 50 anos de distância”.

Segundo o EIGE, a maioria dos Estados-membros registou retrocessos em matéria de igualdade de género na saúde e na educação e revela que “as mulheres em toda a UE ganham apenas 77% do que os homens ganham anualmente”.

“Isto significa que têm de trabalhar, em média, 15 meses e 18 dias para levar para casa o mesmo que os homens num ano”, garante o organismo, segundo o qual esta é uma “chocante disparidade salarial entre homens e mulheres”.

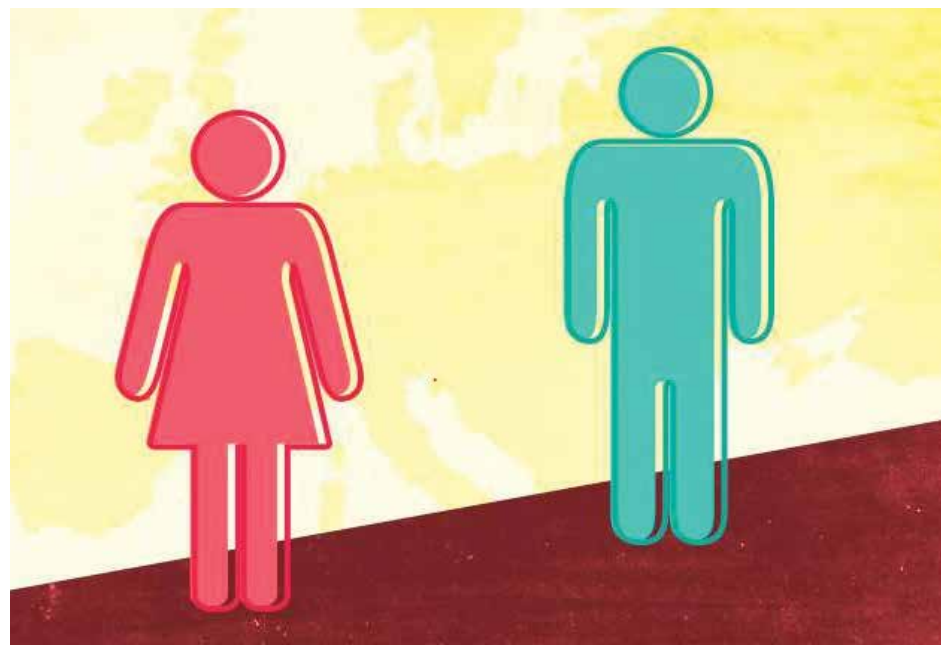
Os dados do Índice dão uma pontuação global de 63,4 pontos em 100 à União Europeia, mas salienta que os progressos são desiguais, variando entre a pontuação mais baixa de 47,6 pontos para o Chipre e a mais alta da Suécia, com 73,7 pontos. Portugal alcança a mesma pontuação global que a média da UE. “Embora isso represente um aumento de 10,5 pontos desde 2010, ao ritmo atual e renovado, significa que ainda estamos a meio século de alcançar a igualdade de género total”, salienta o EIGE, sublinhando que isso significa que “as mulheres estão a trabalhar o equivalente a um ‘trimestre fantasma’ inteiro de graça”.

Citada no comunicado do EIGE, a diretora do instituto, Carlien Scheele realça que essa perda de rendimentos é injusta e é “um entrave à igualdade e à competitividade em toda a Europa”.

Aponta que esses três meses são tempo que as mulheres não passam com a família, a estudar, a formar-se ou a descansar e que “isso agrava-se nas pensões e no rendimento ao longo da vida”.

O Índice de Igualdade de Género acompanha o progresso dos países em seis áreas: trabalho, dinheiro, conhecimento, tempo, poder e saúde, dando classificações numa escala de 0 a 100, além de monitorizar a violência contra as mulheres e as desigualdades interseccionais.

Em matéria de trabalho, o Índice revela que o emprego feminino está a crescer, mas poucas mulheres alcançam cargos de gestão ou com salários mais elevados, e que a maternidade restringe as perspetivas de carreira, ao contrário dos homens.



Lavandarias Profissionais IPSS



milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt – www.milplus.pt

Parceiro Oficial

Miele